

OS ESQUECIDOS DA GUERRA DO PARAGUAI (1865-1875)

MARCELO SANTOS RODRIGUES*

RESUMO: Por meio de crônicas narradas na imprensa brasileira e de documentos oficiais, este artigo trata do descaso do governo monárquico em relação aos soldados voluntários da pátria e do esquecimento a que os ex-combatentes foram condenados depois de participar da Guerra do Paraguai.

PALAVRAS-CHAVE: Guerra do Paraguai. Voluntários da pátria. Memória. Esquecimento.

ABSTRACT: By using chronicles from the Brazilian press and from official documents, this article copes with the indifference of the sovereign government regarding the “voluntários da pátria” soldiers and the forgotten former combatants after their participation in the Paraguayan War.

KEYWORDS: Paraguayan War. “Voluntários da pátria”. Memory. Oblivion.

Há alguém por aí que ainda se lembre da Guerra do Paraguai? Dirigi essa pergunta àqueles que marchavam outrora à frente de bandas de músicas, atirando fogos de artifício, dando vivas e fazendo discursos pelas ruas embandeiradas do Rio de Janeiro. Dirigi a mesma pergunta a dois grandes generais; e estes vos responderão: – Sim, temos uma ideia vaga dessa guerra... Foi há tanto tempo! Interrogai, porém, à viúva, que perdeu o arrimo da casa naquela luta cruenta, à mãe que chora o filho, o orgulho da pátria, que tombou como um bravo, honrando o pavilhão brasileiro, e aos que mendigam por aí, o óbolo da caridade, cheios de

* Professor de História da América e do Brasil na Universidade Federal do Tocantins (UFT) e doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: marcelotoca@hotmail.com.

honra e cicatrizes, e eles vos dirão: – Jamais esqueceremos essa página de nossa História!

(*Vida Fluminense*, Rio de Janeiro, 3 fev., 1872, p. 2.)

Um ano depois de terminada, a Guerra do Paraguai já estava no esquecimento.¹ A propaganda abolicionista, que levou à assinatura da Lei Áurea, pela abolição da escravidão, em 13 de maio de 1888 – encerrando um capítulo da história do Brasil de três séculos –, e o debate político que resultaria na proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, constituíram-se nos temas prediletos da imprensa em todo o Brasil.

A comemoração oficial do dia 10 de julho de 1870, pela vitória brasileira na guerra, jamais se repetiu. A data não foi instituída como feriado nacional, impedindo-se, desse modo, que a memória fosse inscrita no tempo. A obliteração daquela memória recente teve como uma de suas causas a sucessão de novos episódios que despertavam a atenção pública. “Assim, os princípios da informação jornalística (novidade, concisão, inteligibilidade e, sobretudo, falta de conexão entre uma notícia e outra) contribuem para esse resultado” (BENJAMIN, 1989, p. 107).

Na imprensa carioca, todavia, em anos posteriores à guerra, encontramos referências às datas comemorativas das batalhas. Combates que no tempo da campanha apareciam em extensos editoriais para lembrar aos leitores as vitórias obtidas pelo Brasil e, assim, seduzir novos voluntários para a guerra.²

1 Uma análise ampla da Guerra do Paraguai pode ser vista nas seguintes obras: FRAGOSO, Augusto Tasso. *História da guerra entre a Triplíce Aliança e o Paraguai*. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado Maior do Exército, 1934. 5 V.; DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002; JORDAN, Emílio Carlos. *Guerra do Paraguay*. Rio de Janeiro: Typografia de Leammert e Cia., 1890; THOMPSON, George. *La Guerra del Paraguay*. Assunção: RP Ediciones, 1992 [1. edição 1869]; COSTA, Wilma Pares. *A espada de Dâmoçles: o Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: Hucitec, 1966; SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990; SOUSA, Jorge Prata. *Escravidão ou morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Mauad/Adesa, 1996.

2 Sobre o papel desempenhado pela imprensa na Guerra do Paraguai, ver REIS, Maria de Lourdes Dias. *Imprensa em tempo de guerra: o jornal “O Jequitinhonha” e a Guerra do Paraguai*. Belo Horizonte: Cuatiara, 2003.

A Reforma, jornal publicado no Rio de Janeiro, julgou como dever de todo brasileiro: “recordar sempre e transmitir ao futuro os serviços memoráveis prestados por tantos bravos, por tantos varões cheios de patriotismo, cujo exemplo encheu de contemplação os seus compatriotas”. Mas, em atitude comedida, o articulista ponderou sobre o que escrever a respeito da guerra, devido ao curto intervalo que separava os historiadores do episódio recém-ocorrido. Escreveu: “Não é ainda chegado o tempo de escrever a história da guerra do Paraguai”, não obstante alertava seus leitores sobre a preocupação de se recolherem os episódios ainda no calor do evento.

O monarca Pedro II, considerando-se um rei pacífico e dedicado às coisas relacionadas à civilização, não queria ostentar o título de algoz. Esse era mais um motivo para que a guerra fosse lançada ao esquecimento – ou somente revisitada quando sua função didática pudesse levantar o patriotismo do cidadão brasileiro.

Paralelamente aos festejos, ocorreram manifestações de descontentamento por parte daqueles que fizeram a campanha. No Rio de Janeiro, soldados de linha, guardas nacionais e voluntários da pátria esbarravam na burocracia do governo, com o atraso no pagamento de seus soldos e o não cumprimento do decreto imperial que criou os batalhões de voluntários.

As pesquisas em jornais brasileiros publicados entre 1870 e 1890 revelam muito pouco sobre as consequências da guerra na vida daqueles que participaram direta ou indiretamente da campanha. Neste artigo, apresentamos fragmentos de histórias de homens e mulheres que sofreram os efeitos da guerra. Personagens anônimos de uma história não contada, esquecida, guardada em papéis oficiais e jornais amarelados pelo tempo. Recolhemos narrativas dispersas, apresentadas a seguir, para contar o sofrimento e a humilhação sofrida pelos esquecidos da guerra.³

3 Para discussão sobre o jornal como documento histórico, ver: CAPELATO, Maria H. R. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988; DE LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

Júlio José Chagas: “por ser amputado de ambos os braços, carece de quem lhe ponha comida na boca”

Comovente e revelador é o caso do soldado Júlio José das Chagas, que teve sua triste história escrita em papéis avulsos. Revelador porque, apesar da frieza dos despachos oficiais, nessa fonte encontramos o significado da solidariedade, da compaixão e do altruísmo praticados no teatro da guerra. Em decorrência dos ferimentos que sofreu na Batalha de Curupaiti, Júlio José das Chagas teve amputados os dois braços, rente ao tórax. Na época, contava com 18 anos e, pela condição de jovem valente soldado, comoveu médicos e companheiros de campanha – em seu auxílio foi aberta uma subscrição pública no acampamento de Humaitá, com o objetivo de lhe garantir os meios de subsistência no regresso ao Brasil.

A primeira notícia sobre Júlio José apareceu no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, quando o rapaz ainda se encontrava em território paraguaio. Em 30 de outubro de 1868, o periódico informava que 120 doentes incuráveis e mutilados de guerra seguiriam para a Corte. O correspondente da folha noticiou que “entre eles vai o amputado dos dois braços Júlio José das Chagas, atestado eloquente da perícia e zelo do hábil doutor Álvaro Sampaio”⁴. Informava igualmente a compaixão de seus camaradas de campanha, que se cotizaram, “acompanhando ao infeliz mutilado, 360 libras, resultado da subscrição promovida a seu favor, entre médicos e oficiais dos três corpos do exército”⁵.

Todavia, o dinheiro arrecadado com a subscrição não ficou com o soldado inválido, e sim foi entregue ao presidente da Sociedade Asilo dos Inválidos da Pátria, José Joaquim de Lima e Silva Sobrinho.⁶ Em 15 de novembro de 1868, Júlio José, após nova inspeção de saúde, foi declarado pela junta militar incapaz

4 BN/RJ. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 16 nov. 1868.

5 Idem, *Ibidem*.

6 AHEX/RJ. Repartição do ajudante general, Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 1869. *Requerimentos do século XIX*, pasta 6.799, maço 283, letra J.

de prover os meios de subsistência.⁷ Desde então, suas súplicas foram feitas por intermédio de seu tio, Manoel José das Chagas, homem humilde e analfabeto, que dependia da boa vontade alheia para encaminhar para o governo as demandas do sobrinho.

Manoel José das Chagas dirigiu requerimento ao comandante do Asilo dos Inválidos da Pátria, solicitando autorização para poder levar em sua companhia o sobrinho que se encontrava naquele abrigo, a fim de mantê-lo sob os cuidados da família. O mesmo documento informava que Júlio José era praça reformado e que, embora não houvesse obtido sua provisão de reforma, desejava aguardar a decisão na sua província. Em resposta, o ajudante da Repartição Geral afirmou que cabia somente “ao governo de S. M. o Imperador, tomar na sua paternal consideração os defeitos físicos do praça”⁸.

Para subsidiar a decisão junto ao governo, o major Raymundo de Souza afirmou que “Júlio fazia gosto em acompanhar o seu tio recolhendo-se ao seio de sua família, onde diz ter os recursos precisos para ser zelado, atento ao seu estado que é digno de compaixão e cuidado”⁹. E o capitão Santos Rocha expôs que “por ser amputado de ambos os braços, carece de quem trate e até lhe ponha a comida na boca”¹⁰. Terminava o ofício atestando que o comportamento do jovem soldado era exemplar e por isso julgava favorável a sua petição, mas a decisão final cabia ao ministro da Guerra.

Depois de percorrer as instâncias legais, e quase um ano após formular o pedido, Júlio José teve finalmente a sua aspiração atendida. Todavia, o resultado da subscrição criada para auxiliá-lo permaneceu em domínio do Asilo de Inválidos da Pátria. O fato gerou contestação na imprensa liberal, que acusava o governo de

7 AHEX/RJ. Repartição do ajudante general, Rio de Janeiro, 24 de julho de 1869. *Requerimentos do século XIX*, pasta 6.799, maço 283, letra J.

8 Idem, Ibidem.

9 AHEX/RJ. Quartel do comando do Asilo de Inválidos da Pátria, 23 de julho de 1869. Raymundo José de Souza, major comandante. *Requerimentos do século XIX*, pasta 6.799, maço 283, letra J.

10 AHEX/RJ. Quartel da 1ª Companhia do Asilo dos Inválidos no Bom Jesus, 20 de julho de 1868. Capitão Santos Rocha. *Requerimentos do século XIX*, pasta 6.799, maço 283, letra J.

se apropriar de um dinheiro que não lhe pertencia.¹¹

Justino José de Souza: o voluntário que recebeu uma esmola do imperador

No dia 9 de agosto de 1865, na província de Pernambuco, Justino José de Souza Oliveira assentou praça como voluntário da pátria para lutar na Guerra do Paraguai. Em 17 de novembro do mesmo ano, embarcou com a patente de cabo do batalhão pernambucano. Vigoroso e robusto, o jovem soldado enfrentou doenças e fome, resistindo às penúrias próprias de uma guerra. Austero no cumprimento dos deveres, teve atestado em sua Fé de Ofício o merecimento de três elogios por bravura no Paraguai, além do reconhecimento do imperador Pedro II.

Depois de quatro anos de campanha, o soldado regressou para a província natal em busca do aconchego familiar. Era necessário refazer a vida, modificada pelo longo período fora de casa, afastado das atividades que desempenhava antes de embarcar para a guerra. No entanto, a partir do retorno ao Brasil, Justino José começou uma verdadeira peregrinação – dessa vez, para assegurar os direitos conquistados como voluntário da pátria.

Percorreu as instâncias governamentais em Recife e em Olinda e, como não teve resposta para seu requerimento, dirigiu-se à Corte com o intuito de solicitar a baixa do serviço do Exército. Na Corte, esperava ser atendido imediatamente, pois todos os seus direitos estavam assegurados pelo Decreto 3.371, de 7 de janeiro de 1865.

Nos registros históricos consta que depois de percorrer, nos primeiros dias, as Secretarias de Guerra, o cabo dirigiu suas súplicas diretamente a Pedro II. O monarca teria lido a Fé de Ofício de Justino José e dito que esperasse no palácio. Ele, que se inscrevera na lista dos bravos, teve então a esperada recompensa pelos serviços prestados na guerra. O imperador mandou lhe dar 10mil réis, para que pudesse matar a fome e adiar a miséria para o dia seguinte.

11 BN/RJ. *Jornal A Reforma*, Rio de Janeiro, 12 ago. 1869.

Essa história foi estampada na primeira página da *Gazeta de Campinas*. O editorial tinha o objetivo de trazer, como pano de fundo para suas queixas contra o governo, mais histórias de voluntários da pátria que exigiam seus direitos e recebiam, em troca, apenas uma esmola. Em relação ao governo, dizia o redator, “ter em tão pouco o povo, em tão pequena valia o cidadão é temerosamente esquecer o princípio vital que o alenta e a base principal em que se apoia”¹². E prosseguia dizendo que cometer injustiça ao servidor da pátria era faltar com o dever, “cuja prática não é sem risco que ostentadamente se olvida”.

Nessa relação entre o soldado e o governo monárquico, o redator assim definiu o esquecimento: “Olvidar, aqui, é atentar contra os direitos sagrados”¹³. Mas de quais direitos sagrados tratava o autor do editorial? Era dia de Natal quando circulou tal notícia, e em meio à festa familiar, seguramente, procurava comover seus leitores ao denunciar a prática por ele considerada “desumana e repugnante”.

A situação vivida por Justino José foi semelhante à enfrentada por muitos soldados que partiram para os campos paraguaios. No seu caso, retornou a Pernambuco para aguardar a resolução, sem obter nenhuma garantia do governo no Rio de Janeiro. Inúmeros processos análogos puderam ser identificados na documentação examinada nos ministérios da Guerra, Fazenda, Negócios Estrangeiros, Império e Marinha.

Manoel Cândido Pereira e Antônio da Silva Mello: a súplica dos ressentidos nos jornais

Tornou-se comum na imprensa a publicação de súplicas dirigidas ao Ministério da Guerra e ao monarca, escritas pelos requerentes ou, na maioria, a seu rogo. Assim, algumas dessas histórias são hoje conhecidas por meio dos relatos de protagonistas da guerra. As narrativas obedeciam quase sempre a uma sequência. Recorria-se à Fé de Ofício, que atestava a trajetória do soldado

12 BN/RJ. Jornal *Gazeta de Campinas*, Campinas, 25 dez. 1869.

13 Idem, *Ibidem*.

na campanha, e para reforçar as histórias os jornais traziam à baila o desamparo de filhos e esposas de voluntários, procurando assim apelar para o senso de justiça do governo, que muitas vezes condenou os servidores da pátria ao esquecimento.

Foi o caso de Manoel Cândido Pereira, que no jornal *A Reforma* tornou pública a situação de extrema miséria em que se encontrava. Para isso utilizou o espaço destinado ao leitor, onde se publicavam cartas na seção denominada “A Pedido”:

Ao Ministro da Guerra:

O abaixo assinado sem meios de subsistência para si e para a sua família, mãe, mulher, filhos e irmãos, tendo marchado para o Paraguai em 1865 como guarda nacional no contingente dado pelo 1º batalhão de fuzileiros à presidência do Rio de Janeiro, município de Niterói, tendo voltado como praça depois de terminada a guerra com o primeiro batalhão de Linha. Aquartelado na Armação, tomando parte no último feito de Aquidaban, e achando-se indevidamente como praça nesse batalhão, requereu ao presidente da província sua baixa por ser voluntário, e este ouvindo o comandante do 6º batalhão da guarda nacional declarou ser voluntário. O presidente requereu ao ministro da guerra a sua baixa em junho de 1869 e agora deram-lhe baixa, mas não lhe pagaram sua gratificação de voluntário. Até hoje 3 requerimentos tem feito que sempre levam sumiço na secretaria de guerra, bem como duas reclamações do presidente em favor do suplicante. O governo imperial deve olhar com mais atenção para um pobre chefe de família que não tem meios e nem pode todo dia pagar passagem para vir a secretaria da guerra perder o seu tempo. O suplicante é morador na freguesia de Itaipu, distante duas léguas de Niterói.

Assina: Manoel Candido Pereira.¹⁴

Esse também foi o procedimento do baiano Antônio da Silva Mello – capitão honorário do Exército, mutilado na guerra contra o Paraguai – com o intuito de atrair a atenção do imperador para sua melindrosa situação. Em carta publicada no jornal, alegou ter sido injustiçado pelo vice-presidente da Bahia, que não lhe concedera um emprego público – direito que, em sua opinião,

14 BN/RJ. Jornal *A Reforma*, Rio de Janeiro, 5 jan. 1871.

era-lhe assegurado por ser servidor da pátria.

Em virtude da impossibilidade de exercer qualquer ofício que lhe exigisse saúde e vigor físico, Antônio da Silva Mello invocou o artigo 9º do Decreto de 7 de janeiro de 1865, que estabelecia a preferência na ocupação de empregos públicos para os voluntários que haviam servido na guerra.¹⁵ O suplicante expôs suas habilitações para o cargo, que lhe fora negado quatro vezes. Por último, disse que depois de solicitar outro emprego, dessa vez o de escrivão de órfãos da cidade de Santo Amaro, “teve ainda o desgosto de se ver preterido pelo bacharel Luiz Jacinto Vergne de Abreu, que já era juiz municipal”¹⁶.

Entretanto, Antônio da Silva Mello sentia-se no direito de ser nomeado. Escreveu: “Nós voluntários de pronto acudimos, abandonando o que nos era mais caro, e não trepidamos em sacrificar nossas vidas em defesa da pátria; para hoje sermos preteridos por aquele que nenhum serviço dessa ordem tenha prestado ao país”¹⁷.

Assim, por meio da imprensa, ele tentou negociar sua promoção com o governo. O suplicante, “sem nenhum outro intuito, se não o de ter um ofício, de onde tire os meios de subsistência, visto que se impossibilitou para qualquer trabalho material, propunha-se, caso fosse empossado no cargo que requereu, desistir da pensão concedida por carta imperial de 1º de fevereiro de 1868”¹⁸.

Antônio Mello era um jovem de 27 anos. Sem a perna, mutilada na guerra, como outros soldados se entregou à bebedeira, à vadiagem e à apatia diante da vida. Não queria ser censurado por aqueles que amiúde apontavam para a ociosidade dos inválidos nas ruas da cidade. Não desejava ser esquecido pela história pátria que lhe tirou a perna quando lutou em sua defesa. Talvez por meio da imprensa pudesse narrar suas proezas de campanha e demonstrar o seu ressentimento com a nação.

15 BN/RJ. *Jornal A Reforma*, Rio de Janeiro, 7 mar. 1873.

16 *Idem*, *Ibidem*.

17 BN/RJ. *Jornal A Reforma*, Rio de Janeiro, 7 mar. 1873.

18 *Idem*, *Ibidem*.

Ressentido também era o soldado João de Deus, mutilado do braço direito, que foi empregado na portaria da Escola Central, na Bahia. Os alunos que ali estudavam eram frequentemente vistos reunidos a sua volta para ouvir as histórias épicas da campanha. Todavia, menos de cinco anos depois de concluída a guerra, o velho soldado não despertava mais o interesse dos estudantes com as narrativas heroicas que a si atribuía.¹⁹ O esquecimento cobriu com o seu manto o velho servidor da pátria.

Se no decorrer da guerra o não cumprimento do decreto imperial, que criava os corpos de Voluntários da Pátria, era justificado pela falta de documentos comprobatórios dos suplicantes, depois do conflito agravou-se o descaso do governo com os soldados que serviram na campanha. Viúvas e órfãos, inválidos e soldados recorreram ao governo e, por mais de quatro décadas, requereram o pagamento de pensões, etapas, vencimentos atrasados, lotes de terras. Suas petições eram mandadas para o depósito dos “impossíveis” com a competente “guarda-se”²⁰ do ministro.

Tão logo a guerra foi concluída, a imprensa de oposição – leia-se *A Reforma* de Porto Alegre e *A Reforma* do Rio de Janeiro – foi incansável em atacar o governo pela demora em indenizar as famílias dos soldados mortos na guerra.

Quantas famílias de valentes defensores da pátria gemem na miséria, por terem perdido o pai, o irmão, o esposo. Quantos destes defensores abandonaram seus empregos e indústrias se encontram em dificuldades amargas e com o rubor de vergonha estendem a mão à caridade de seus compatriotas e o governo que não se preocupou com os voluntários; o governo tem tempo para ocupar-se com festas.²¹

O pagamento do soldo integral por invalidez, decorrente de moléstias ou de ferimentos adquiridos em campanha, foi uma questão que se arrastou por muitos anos, tanto na Câmara dos Deputados como no Senado. Restringir o pagamento da

19 IGHB. Jornal *O Alabama*, Salvador, 3 fev. 1875.

20 BN/RJ. Jornal *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 3 maio 1886.

21 BN/RJ. Jornal *A Reforma*, Rio de Janeiro, 1º jun. 1870.

gratificação era, no entendimento do jornal, uma atitude arbitrária porque premiava apenas aqueles que voltassem sadios à pátria depois de 1º de março de 1870.²²

Assim foi publicado no jornal sobre a interpretação que o governo imperial pretendeu dar ao Decreto 3.371, de 7 de janeiro 1865: “É uma perfeita injustiça. Cabe-lhe o dever e a obrigação de cumprir religiosamente as cláusulas em virtude das quais tomaram armas os soldados voluntários da pátria”²³.

Muitos soldados que desembarcaram na Corte em pequenos contingentes antes que a guerra terminasse – na maioria doentes, convaléscentes ou mutilados – chegavam do Paraguai com a baixa do serviço militar. O prolongamento da estadia desses soldados no Rio de Janeiro devia-se, sobretudo, ao não atendimento de suas súplicas pelas autoridades do governo, referentes aos soldos atrasados, etapas, assim como o prêmio de 300mil réis.

Tranquelino Teixeira Machado: vendeu o “Hábito de Cristo” para regressar à Província

Mesmo com a saúde restabelecida, bandos de soldados permaneciam na Corte, entregues à prática de jogos de azar, à vida boêmia em prostíbulos e a tudo que a capital do Império podia oferecer. Sem recursos para retornar às respectivas comarcas, aguardavam a benevolência do governo em pagar as passagens de navios ou de trens para o retorno.

Essa foi a circunstância vivida por Tranquelino Teixeira Machado, que marchou para o Paraguai, em 1865, como primeiro-sargento do 10º Batalhão de Infantaria. No território inimigo contraiu doença incurável e, depois de inspeção médica, teve baixa do serviço militar. Almejando voltar para casa, onde buscaria restabelecer-se, solicitou ao ministro da Guerra uma passagem, que lhe foi negada. Então apelou ao imperador, humilhando-se ao dizer que teria de vender as roupas do corpo para pagar o transporte – ao que Pedro II respondeu que não

22 Idem, Ibidem.

23 Idem, Ibidem.

chegaria a tal situação.²⁴

No dia 9 de junho de 1869, Tranquelino Teixeira Machado finalmente conseguiu embarcar para a Bahia. Não com o dinheiro prometido pelo imperador, e sim com o fruto da venda de seu Hábito de Cristo, condecoração concedida pelo general Osório, por mérito e bravura na guerra. Assim, o soldado retornou para casa sem a medalha que atestava seus feitos de campanha. Possivelmente levou consigo apenas um velho papel amassado, sua Fé de Ofício, para utilizá-lo apropriadamente na aquisição de alguma pretensão junto às autoridades na província.

José, Roque, Romão, João e Manoel: voluntários baianos mutilados, humilhados e ressentidos

O jornal *O Alabama*, da Bahia, descreveu a indignação de um ex-combatente de guerra. O jornal tinha uma predileção por narrar histórias de inválidos, pois em comparação com as demais províncias do Império, a Bahia foi a que ofereceu o maior número de voluntários para a guerra. Ali, as cicatrizes da campanha estavam mais expostas à apreciação pública.

- Vê aquele homem arrimado a duas muletas, coberto de andrajos?
- O infeliz a quem a deformidade priva de ganhar a vida e obriga a mendigar.
- Ontem não era assim. Era um homem robusto e perfeito; um bravo que se inutilizou derramando o seu sangue na defesa de sua pátria.²⁵

Aquele homem atendia pelo nome de José Plínio de Oliveira e foi praça da Cavalaria de Polícia da Bahia. Quando estourou a guerra, marchou para o Paraguai. Tomou parte em diversos combates até ser baleado, em uma das coxas, e sofrer uma contusão na outra perna. Regressando à Bahia, requereu a gratificação de 300mil réis, de acordo com o Decreto 3.371, de 7

24 BN/RJ. Jornal *Opinião Liberal*, Rio de Janeiro, 15 jun. 1869.

25 IGHB. Jornal *O Alabama*, Salvador, 11 jan. 1871.

de janeiro de 1865. O pagamento lhe foi negado justamente por ele ter retornado do Paraguai antes de encerrada a campanha. O Ministério da Guerra, porém, prometeu-lhe reforma e pensão. José Plínio nada obteve do governo. Paralítico, viu as carnes de sua perna contusa caírem, deixando os ossos expostos.

Sobre o ressentimento do ex-combatente, o jornal baiano dizia que “se aquele homem magoado por tanta ingratidão amaldiçoara a hora em que se sacrificou defendendo a honra de seu país, ninguém tem o direito de lhe levar a mal”²⁶. *O Alabama* terminava o artigo alertando aqueles que regressassem da guerra para que não chorassem todas as suas lágrimas pelos companheiros falecidos nos campos de batalha, mas por si mesmos e pelo futuro incerto, de privações e desamparo, a que ficariam sujeitos depois da campanha.

Voluntários da Pátria não chorem todas as vossas lágrimas pelas ousadas de seus companheiros que se finaram nesse fúnebre necrópole do Paraguai, longe da família. Voluntários da Pátria reservem dessas lágrimas, as mais amargas, para chorardes no dia da fome e da miséria, que vos guarda como prêmio!²⁷

As cicatrizes da guerra tornavam-se visíveis na proporção em que ela chegava ao seu término. Durante a campanha, o governo fez o possível para conter as denúncias de maus-tratos aos soldados. Inicialmente o Exército tratou de deter os feridos e mutilados, que necessitavam de serviços médicos, na província de Santa Catarina, onde instalou um hospital e uma enfermaria provisórios. Assim evitaria a presença dos soldados feridos na Corte, remetendo os ex-combatentes invalidados para suas respectivas províncias, com a promessa de que os direitos e as reivindicações seriam atendidos quando estivessem em suas casas.

O Asilo de Inválidos da Pátria – erguido na Ilha de Bom Jesus, no Rio de Janeiro, e inaugurado em 1868 – abrigou, também longe da população carioca, infelizes soldados. Mas se na Corte o governo conseguia amenizar o impacto da guerra,

26 IGHB. Jornal *O Alabama*, Salvador, 11 jan. 1871.

27 *Idem*, *Ibidem*.

claramente presente nos soldados moribundos e mutilados, o mesmo não ocorria nas províncias, onde os jornais estampavam frequentemente episódios envolvendo soldados entregues à miséria depois da campanha. Ao contrário da indiferença do governo em relação às vítimas anônimas na capital do Império, as províncias tratavam de apoiá-las, pois o sentimento de pertencimento, a identificação e a aproximação dos soldados com seus conterrâneos os tornavam mais visíveis.

Circulando pelas ruas de Salvador, Roque Pereira, ex-combatente invalidado por ferimentos em campanha, exibia a condecoração que recebera do imperador por atos de bravura. Aos transeuntes da cidade baiana indagava, ressentido pelo próprio estado de penúria:

De que serve este Hábito de Cristo que vê-me pender no peito, se o governo de minha pátria me deixa morrer de fome, a mim que me mutilei no serviço dela? Vê esta perna? É uma parte inútil do corpo; só ela recebeu duas balas.²⁸

Roque requereu do governo imperial o pagamento a que alegava ter direito pelos serviços prestados na guerra. Nada conseguiu. Afirmava que se na Corte nada havia alcançado, não seria na província natal que as suas dificuldades seriam mitigadas. Na condição de indigente, dizia que seria obrigado a puxar carroça com a condecoração no peito, mas que tinha certeza de que seus irmãos de pátria iriam se sensibilizar com sua terrível condição, já que na “corte de gente estranha” eram todos indiferentes ao seu estado de infortúnio.

Na mesma condição de privação estava o soldado Romão de Aquino Gomes, que em documento ao comandante das Armas da Bahia, declarou ter sido ferido na perna direita no ataque de 24 de maio de 1866. Em consequência da lesão ficou aleijado e, por não ter obtido pensão, foi obrigado a recorrer à caridade pública, esmolando nas ruas para conseguir um par de muletas, uma camisa, uma calça e uma blusa, pois as roupas que possuía

28 IGHB. *Jornal O Alabama*, Salvador, 18 mar. 1870.

estavam inutilizadas.²⁹ O ex-combatente expunha também que, de passagem na Corte, nem sequer lhe haviam dado um agasalho para matar o frio, pois ninguém o tratara como um soldado da pátria.

Idêntico infortúnio padeceu João Carlos de Souza França, que embarcou em Salvador para a guerra no batalhão comandado pelo coronel Modim Pestana. João Carlos combateu nos dias 18 e 24 de maio de 1866 e foi baleado na perna direita. De volta à Bahia, viveu esmolando de porta em porta, como espelho da miséria da própria terra que o havia abandonado. O jornal *O Alabama* divulgou que enquanto a guerra estava em curso, ao Brasil chegavam silenciosamente caravanas de inválidos e desamparados pelo Império. “Deixai passar a turba de mendigos”, publicou o jornal.³⁰

Eram homens que penduravam no peito, sob a blusa esfarrapada, uma fileira de fitas multicores atestando o heroísmo no campo de batalha – “Aqueles fragmentos de fardas ocultavam cicatrizes honrosas obtidas na defesa da pátria. Deixai passar os mendigos!”³¹ Eram sujeitos sustentados por pedaços de pau, tidos como muletas, pois haviam perdido a perna nas trincheiras inimigas. Homens que traziam as mangas de suas blusas pendentes, porque haviam deixado ambos os braços nas banhadas paraguaias.

O mesmo jornal descreveu o caso do soldado cujo rosto ficara medonho depois de ficar cego em função de uma descarga à queima-roupa. “Privado dos olhos não se fez calar-se bradando pelas ruas: Viva o Imperador! Viva a nação brasileira”³². Era apelidado de “doido” pelos transeuntes e enxotado pelos moleques das ruas, que lhe atiravam pedras. Mas em sua loucura os gritos eram, na verdade, uma ironia direcionada ao governo que lhe abandonara.

Em setembro de 1870, entre os homens que trabalhavam

29 APEBa. Seção Colonial e Provincial, maço 3.419.

30 IGHB. Jornal *O Alabama*, Salvador, 13 dez. 1866.

31 Idem, *Ibidem*.

32 Idem, *Ibidem*.

na Companhia Baiana no trapiche da Barra, encontrava-se um servente que – apesar das roupas andrajosas, do rude emprego de carregar e descarregar barcos e de remar canoas conduzindo passageiros para bordo dos vapores que ali chegavam – havia sido um combatente da Guerra do Paraguai. Ele se criara na Bahia e, muito jovem, havia se alistado no Corpo Policial da província e alcançou os postos de cabo, primeiro-sargento e tenente.

A história desse homem confunde-se com o início da guerra: em 13 de março de 1865, ele embarcou para o Paraguai sob o comando do major Carlos Ferreira de Castro. Na passagem pelo Rio de Janeiro, foi designado alferes por antiguidade. Tomou parte na batalha de 24 de maio de 1866, nos combates de 16 de julho de 1866 e no ataque de Curupaiti. Voltou para Tuiuti, em princípios de julho de 1867, onde foi promovido ao posto de tenente. O nome do tão brilhante soldado era Manoel da Cunha Mesquita, que também havia sido cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa e porta-estandarte na batalha de 24 de maio de 1866.³³

Em outras províncias também registraram-se casos idênticos. No Rio Grande do Sul não houve silêncio diante das cicatrizes de seus provincianos, expostas nas ruas da capital. *A Reforma*, editado em Porto Alegre, igualmente mostrou a situação de indignância de combatentes que esmolavam pelas ruas da cidade. Os gaúchos compuseram as forças do exército de linha, majoritariamente.

Joaquim Anselmo de Santana, natural de Porto Alegre, após vinte anos de serviços prestados na Marinha de Guerra brasileira, marchou para o Rio de Janeiro e de lá ingressou em um dos batalhões que seguiram para o Paraguai. Como praça, lutou nas batalhas de Paissandu e Riachuelo, onde adquiriu grave enfermidade que o levou ao hospital de Assunção. Na inspeção médica foi considerado incapaz para o serviço militar. Joaquim retornou para o Rio de Janeiro, onde recebeu a baixa do serviço da Marinha. Inutilizado, era mais um soldado lançado pelo governo à penúria – de volta ao Rio Grande do Sul, passou a viver como indigente até ser recolhido à Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre.³⁴

33 IGHB. Jornal *O Alabama*, Salvador, 17 set. 1870.

34 MCSHJC. Jornal *A Reforma*, Porto Alegre, 7 abr. 1870.

José Joaquim Pitanga: medalhas para um veterano esquecido

O caminho que restou aos defensores da pátria, assim como a seus familiares, foi o da burocracia do governo. As vozes de inválidos, de viúvas, de órfãos e de soldados ficaram silenciadas nas pilhas de requerimentos e petições dirigidas ao monarca. Essas súplicas eram referentes a promoções na carreira militar, reajustes de soldos, baixas do serviço militar, gratificações, empregos públicos, pensões, pedidos de muletas, passagens de navios, esmolas, condecorações, licenças para residir em outras partes do país e para asilar-se na Ilha de Bom Jesus.

Os apelos aparecem nos relatórios dos presidentes de província, nos anais das assembleias legislativas provinciais, das câmaras de deputados e do Senado, nos requerimentos dirigidos ao Ministério dos Negócios da Guerra, em súplicas ao imperador e a sua família, nos ofícios dos comandantes dos quartéis e fortalezas, onde serviram muitos dos inválidos, e frequentemente na imprensa. Diante de toda essa documentação, como esquecer as falanges de mutilados que fizeram a Guerra do Paraguai?

José Joaquim Pitanga, solteiro, natural da província da Bahia, residente na Travessa das Pastilhas, número 30, lutou na guerra da independência, em 1822, e quarenta anos depois serviu à pátria como enfermeiro na Guerra do Paraguai. Contava em 12 de novembro de 1869 com 70anos, quando escreveu ao imperador com o intuito de ser agraciado com a medalha do Hábito da Imperial Ordem da Rosa.

Perante o Augusto Trono de Vossa Majestade Imperial, prostra-se José Joaquim Pitanga, veterano da Independência da Província da Bahia, que sentou praça em 1816 no Batalhão da Legião de Caçadores, obteve baixa do serviço em 1831. Condecorado com a medalha da Campanha de 1822 por decreto de sua Majestade Imperial o Sr. D. Pedro I. Tendo o suplicante se contratado para o serviço da guerra, contra o governo do Paraguai, como enfermeiro, em 22 de julho de 1866. Seguindo para o Estado oriental no vapor Itaparica naufragou na Barra de Montevidéu

no dia 23 de agosto do dito ano.³⁵

José Joaquim Pitanga serviu como enfermeiro em vários hospitais no Paraguai. Expunha ter seguido seu destino quando cumpria a sua honrosa missão, desempenhada com zelo e prontidão. Depois de concluir o contrato com o Exército, pediu exoneração quando já se achava com a saúde debilitada. Mesmo assim, o veterano de guerra, doente e velho, nutria o desejo de ser condecorado com o Hábito da Imperial Ordem da Rosa pelos serviços prestados desde o tempo de dom João IV até a Guerra do Paraguai. Declarava possuir somente parte da documentação que comprovava o mérito de sua petição – havia perdido a outra parte no naufrágio que sofreu na barra de Montevideú.

Trata-se de um processo volumoso, dirigido a diversas autoridades do governo e ao imperador. Entre os documentos, uma declaração do cirurgião Francisco João Fernandes atesta que José Joaquim Pitanga serviu como enfermeiro nos hospitais de Corrientes e no Saladeiro, e que “nessa função mostrou sempre muita aptidão, zelo, humanidade, e subordinação, tornando-se por isso digno de muita estima e consideração”³⁶. Quatro outras declarações, assinadas por médicos com quem trabalhou nos hospitais no sul do país e no Paraguai, também compunham o processo.

Feitas as averiguações pela Secretaria dos Negócios do Império, verificou-se que nos livros de registros dos decretos publicados não constava que José Joaquim Pitanga recebesse pensão do governo. Em 12 de novembro de 1870, o processo foi remetido ao Ministério da Guerra, que deu o seguinte despacho: “O suplicante deve apresentar documentos autênticos para provar os serviços que alega ter prestado, e não atestados, que, além de graciosos, não se acham devidamente reconhecidos”³⁷. Até 1875

35 AHEX/RJ. Requerimento de José Joaquim Pitanga ao imperador D. Pedro II. Rio de Janeiro, 6 de novembro de 1869. *Documentos do século XIX*.

36 AHEX/RJ. Declaração de serviço prestado pelo enfermeiro José Joaquim Pitanga, assinada por Francisco João Fernandes, 2º cirurgião em comissão. Humaitá, 13 de março de 1869. *Documentos do século XIX*.

37 *Despacho do Ministério dos Negócios do Império*, Rio de Janeiro, 12 nov. 1869.

o requerente ainda não havia sido atendido em sua ambição.

Considerações finais

Depois da guerra, a primeira historiografia sobre o conflito foi marcada pelo nascimento das narrativas épicas. Nelas, testemunhas anotaram em livros de memórias momentos de patriotismo e de glória para o Brasil, para assim transmitirem às gerações futuras as histórias de homens comuns transformados em heróis abnegados que ofereceram a vida na defesa da pátria vilipendiada pelo inimigo.

Era preciso comemorar cada comandante que se destacou na campanha e rememorar cada batalha vencida, registrar a memória no tempo. Do mesmo modo, era necessário pensar na seleção de gestos e sentidos da guerra para erguer os primeiros monumentos de pedra e bronze. Mas para rememorar esses acontecimentos grandiosos da história do Brasil, também era preciso esquecer uma outra história e outros acontecimentos – estes, repletos de sofrimento, dor, ressentimento e humilhação. Aqui vale ressaltar que o dilema de encontrar um sentido para o estudo das feridas da história não significa suscitar vítimas ou compaixão. A intenção é dar aos acontecimentos um significado mais humano. Ou, ainda, encontrar um lugar na história para os esquecidos e ressentidos, ao lado de heróis que devem muito a esses personagens silenciados.

Os jornais, que tantas narrativas anotaram com o intuito de fazer o governo e os seus leitores refletirem sobre a condição de miséria em que se achavam milhares de órfãos, viúvas e mutilados, abandonaram a disputa partidária, comum em momentos de guerra, para retornar ao tempo linear, vazio, homogêneo.

Novos acontecimentos fizeram acumular todo um passado sem significados, caído no esquecimento. Não era possível harmonizar a história do herói com a do mutilado, a da matrona que mandara para a guerra o seu arrimo de família com a da mãe desesperada e desvalida, a da mulher que em dias de glória produzia ataduras para os feridos com a das viúvas pálidas

cobertas de luto.

As bandeiras ricamente bordadas para os batalhões na hora da partida tremulavam, na chegada, rotas e desbotadas, manchadas pelo sangue nacional; por isso, eram depositadas nas igrejas, ao lado do altar-mor, ou esquecidas nos quartéis e museus. Somente aos órfãos cabia fazer uma nova história, surgida das entranhas do sofrimento, capaz de desafiar a ordem estabelecida e inscrever uma reflexão sobre o que foi esquecido.